

TJRS exime empresa por mortes no Lauro Reus

Desembargadores mantiveram condenações de prefeitura e associação

Juliano Piasentin

juliano.piasentin@gruposinos.com.br

O caso da morte de seis pacientes durante a pandemia de Covid-19 por falta de oxigênio no Hospital Lauro Reus, em Campo Bom, sofreu uma alteração após o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) excluir possível responsabilidade da empresa fornecedora.

Entretanto, a Justiça gaúcha manteve as condenações da prefeitura de Campo Bom e da Associação Beneficente São Miguel (ABSM), responsável pela administração da casa de saúde em março de 2021.

Após a decisão formada por maioria pela 10ª Câmara Cível, o município do Vale do Sinos contestou a sentença por entender que a deliberação “não representa a solução jurídica mais adequada para os fatos discutidos na ação civil pública.”

Em fevereiro de 2025, o TJRS, por meio da 2ª Vara Cível, havia condenado a prefeitura, a ABSM e a empresa Air Liquide. Seis pacientes internados na UTI do Lauro Reus morreram devido ao desabastecimento de oxigênio no dia 19 de março de 2021. Nos 15 dias seguintes, outras 16 pessoas que estavam hospitalizadas também morreram em decorrência do desabastecimento anterior.

Na ocasião, foi determinado o pagamento de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos, além da obrigação de indenização individual aos familiares das

vítimas. A ação foi proposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), com base em laudos periciais, auditorias e sindicâncias que apontaram falhas na ativação do sistema de reserva e no acionamento do backup de oxigênio, provocando a interrupção do fornecimento.

O MPRS solicitou que a indenização por danos morais fosse ampliada para R\$ 8 milhões, pedido negado pela Justiça.

Justificativa

Ao alterar a sentença, retirando a responsabilidade da Air Liquide, os desembargadores entenderam que os contratos firmados entre o hospital e a empresa não previam monitoramento em tempo real do nível do tanque de oxigênio. A reposição automática também não estava prevista nos documentos.

“O abastecimento para a manhã do dia 19 de março já estava programado e havia sido confirmado pelo próprio hospital na noite anterior, sem indicação de urgência”, destaca o acórdão.

A Justiça concluiu que as mortes foram causadas por falhas na gestão interna do hospital e o sistema de oxigênio não foi operado por falta de equipe técnica capacitada no momento da emergência.

Além disso, o coordenador de engenharia química havia deixado o cargo sem transição entre as equipes de manutenção ou aviso prévio à empresa.



Air Liquide prestava serviço para o Hospital Lauro Reus

Prefeitura de Campo Bom se manifesta

A prefeitura de Campo Bom afirmou que permanece o entendimento de inexistência da responsabilidade civil de sua parte.

“Não há nexo causal entre qualquer conduta imputável ao ente público e os danos objeto da demanda. O contrato administrativo de gestão do Hospital Lauro Reus atribuiu à Associação Beneficente São Miguel a responsabilidade integral pela prestação dos serviços hospitalares, pela disponibilização dos insumos indispensáveis ao funcionamento da instituição e pelos danos eventualmente causados a terceiros, em conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicável ao contrato, que estabelece ser do contratado a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução contratual”, diz nota encaminhada à reportagem.

O Executivo salienta que diverge

do afastamento da responsabilidade da empresa Air Liquide Brasil Ltda. “A prova produzida nos autos demonstra que a fornecedora tinha pleno conhecimento do aumento extraordinário do consumo de oxigênio durante a pandemia, realizava o monitoramento dos níveis do tanque por sistema de telemetria, foi reiteradamente comunicada sobre a necessidade urgente de reabastecimento e, ainda assim, deixou de adotar as providências necessárias para evitar o desabastecimento.”

A prefeitura reforçou que vai recorrer da decisão, buscando afastar sua responsabilidade. Também pretende que a Air Liquide seja responsabilizada, nos mesmos termos da primeira decisão.

A reportagem buscou contatos telefônicos com a Air Liquide e a Associação Beneficente São Miguel, mas não obteve retorno o fechamento da edição.

Juliano Piasentin

abcm.com/politica

juliano.piasentin@gruposinos.com.br



Da comunicação para a política

Natural de Novo Hamburgo, o comunicador Gugu Streit deve lançar sua pré-candidatura a deputado estadual. Na segunda-feira (29), ele se despediu oficialmente do Grupo RBS, saindo da rádio



Gugu Streit

na Rádio Farroupilha. Streit pode fazer uma dobradinha com o amigo e ex-colega de Farroupilha Sérgio Zambiasi. O ex-senador vai buscar uma vaga na Câmara dos Deputados em Brasília. A dupla vai concorrer pelo Podemos, que apoia a pré-candidatura de Luciano Zucco (PL).

Torcida no Vale do Sinos

Luciano Zucco (PL) esteve em São Leopoldo para acompanhar a vitória da seleção brasileira diante do Japão pela Copa do Mundo. O pré-candidato ao Piratini estava ao lado do prefeito leopoldense, Heliomar Franco (PL), no Restaurante Fazenda São Borja. Cerca de 300 pessoas escolheram o local para torcer.

CPI dos Pedágios

O relatório da CPI dos Pedágios apresentado pelo deputado estadual Miguel Rossetto (PT) será votado nesta terça-feira (30) na Assembleia Legislativa.

Autoridade Metropolitana

Rossetto também apresentou uma proposta para a criação de uma Autoridade Metropolitana visando a gestão do sistema de proteção contra as cheias na Região Metropolitana.



Capeluppi

O projeto foi apoiado pelo secretário da Re-

construção, Pedro Capeluppi. “Concordo que esse é o caminho que devemos perseguir. A Assembleia vai receber um projeto de lei que o governo está trabalhando para que a gente faça a Autoridade Metropolitana”, comunicou o secretário.

Psol de Canoas recorre ao MP

O diretório do Psol de Canoas apresentou uma denúncia ao Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) via Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, pedindo a apuração de crime contra a administração pública, ato de improbabilidade administrativa e a auditoria geral em cargos comissionados no Poder Executivo.

A representação tem como objeto a reportagem de Giovani Grizotti expõe a nomeação do empresário Fábio Brasil ao cargo de Assessor Superior no gabinete do prefeito Airton Souza (PL). Brasil recebia R\$ 18 mil, mas foi flagrado pelo jornalista enquanto trabalhava na sede da própria empresa. Após a divulgação, ele foi exonerado da Prefeitura.



Airton Souza

Vereadores mirins tomam posse amanhã em Novo Hamburgo

Novo Hamburgo - Um importante passo rumo ao exercício da cidadania foi dado com a escolha dos novos vereadores mirins de Novo Hamburgo. Ao todo, 67 candidatos disputaram as eleições, porém, mais de dois mil estudantes de sete instituições foram mobilizados com o projeto da Escola do Legislativo Sérgio Luis Hanich, da Câmara

Municipal. A definição dos 21 representantes que vão compor a legislatura de 2026 ocorreu recentemente. O mandato dos novos vereadores mirins terá início amanhã, com a diplomação oficial dos estudantes eleitos durante sessão ordinária da Câmara Municipal, e seguirá até 15 de dezembro.

Foram eleitos Victor Teixeira, Raissa das Dores

e Igor Luiz da Silva, da Escola Estadual Kurt Walzer; Gabriel Albernaz, Guilherme Masseli e Celine Palandi, da IENH – Unidades Pindorama e Osvaldo Cruz; Pedro Guilherme Pehls, Lia Evelyn de La Cruz e Mariana Vieira da Silva, da Emeb São João; Hannah Patrícia Cermenno, Natally Gabrielly dos Santos e Victor Emanuel Bello, da Escola Esta-

dual Luiza Teixeira Lauffer; Merolyn Correa de Andrade, Isabelly Lopes e Nykyeli Cavalheiro, da Emeb Padre Reus; Nicolly de Almeida, João Vitor de Brito e Isabelly Ryll da Luz, da Emeb Presidente Prudente de Moraes; e Nicolay Thainá de Vargas Klagenberg, Laura Richter Correa e Dayana Karolina Knop Gonçalves, da Emeb Martha Wartenberg.